

Delfim elogia resultado de encontro

OS PRÓXIMOS PASSOS

1. O acordo com os bancos é acelerado para ser concluído até abril, com a substituição dos títulos atuais da dívida por bônus (Brady bonds), garantidos por Treasury Bills Zero Coupon (juro zero), de 30 anos de prazo.

2. O governo brasileiro prepara a fase 3 do Plano FHC2. Até lá, não envia a Carta de Intenção necessária ao acordo com o Fundo Monetário Internacional.

3. O Brasil lança a fase 3 e fixa a data de adoção do real, provavelmente em abril.

4. Simultaneamente, o Ministério da Fazenda prepara a Carta de Intenção, com metas quantitativas sobre o desempenho das contas públicas.

5. Enquanto a Carta de Intenção não é apresentada, o entendimento com o FMI limita-se a declarações políticas simpáticas ao País. O diretor-gerente do FMI, Michel Camdessus, não pode repelir com Fernando Henrique Cardoso o que já fez para Marcílio Marques Moreira, quando se empenhou pessoalmente num acordo que não foi cumprido. Ele terá de seguir estritamente as regras do Fundo.

6. A Carta de Intenção será apresentada depois de discutida pelos técnicos do Brasil e do FMI e em condições de ser enviada por Camdessus ao board do Fundo, para aprovação num prazo mínimo de quatro semanas. Só após a aprovação o Brasil terá acesso a empréstimo stand by do FMI e ao crédito de outras instituições, como o Banco Mundial.

MARCO PIQUINI

Apesar de o Fundo Monetário Internacional (FMI) ter adiado o acordo da dívida, o que contrariou a expectativa geral dos bancos e do governo brasileiro, o resultado da reunião do ministro Fernando Henrique Cardoso com o diretor-gerente do FMI, Michel Camdessus, foi bem recebido e compreendido até pela oposição. O deputado federal Delfim Netto (PPR-SP), elogiou o encaminhamento das discussões feitas por Cardoso. Depois de participar de café da manhã com a ex-primeira-ministra britânica Margaret Thatcher, em São Paulo, Delfim disse que as negociações foram um "passo importantíssimo" para um acordo. Para ele, foi acertada a decisão do ministro de propor a compra de eurobônus com as reservas brasileiras, o que poderá "encerrar definitivamente a dívida".

Já o deputado federal Roberto Campos (PPR-RJ) disse que o adiamento era esperado. "Como aprovar o acordo se não há orçamento, com o que não se pode dizer que há equilíbrio fiscal?", perguntou Campos.